

# PNEC: instalar mais de dois gigas de solar por ano vai ser “desafiante”

**Energia** ■ A ambição das metas revistas para 2030 em termos de energia e ambiente é elogiada por vários atores do sector energético, que deixam alertas para os desafios, como na energia solar que implica a instalação de mais de dois gigas por ano, passando por reforçar as redes elétricas. E há alertas sobre o ritmo lento de descarbonização dos transportes e sobre os preços da eólica offshore.

**André Cabrita-Mendes**  
amendes@medianove.com

**A**s metas ambiciosas do Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) revisito são elogiadas por vários quadrantes do sector energético, mas falta a parte mais difícil: executar os projetos.

O documento entrou em consulta pública esta semana e termina a 5 de setembro, numando depois ao Parlamento para ser discutido.

Para a Associação Portuguesa da Energia (APE), a “cooperação” entre diversos atores será chave para as metas chegarem a bom porto. “O PNEC demonstra uma clara intenção de avançar em Portugal para um futuro energético mais sustentável e resiliente, alinhado com os objetivos climáticos internacionais. Para que o plano seja bem-sucedido, será necessária uma cooperação robusta entre governo, sector privado, organizações não governamentais e consumidores, além de um forte compromisso com a inovação e a contínua adaptação do sistema energético às novas exigências”, disse o presidente da APE, João Torres.

Entre as diversas fontes, o responsável destaca a energia solar fotovoltaica que “é a mais ambiciosa deste Plano, implicando a instalação superior a 2 GW/ano até 2030, objetivo desafiante, tendo em conta as taxas máximas de instalação alcançadas até ao momento. Dado o elevado ritmo do desenvolvimento previsto, será necessária uma estreita conjugação entre os aumentos de potência, a concretização de grandes projetos consumidores anunciados e o reforço e construção de novas redes elé-

tricas, tendo neste campo um papel fulcral a regulação, para evitar o aumento indesejado da tarifa de acesso às redes”.

Por sua vez, a Elecpor, a associação portuguesa das empresas do sector elétrico, destaca a necessidade de transposição de várias diretivas europeias, incluindo a que prevê a “operacionalização do balcão único que promova a articulação entre entidades e agilize o licenciamento de projetos, assim como a concretização das áreas de aceleração e do quadro legal do interesse público dos projetos”, segundo a sua diretora-geral Maria João Coelho. Outros destaques vão para a segurança do abastecimento, sendo “vital investir em soluções de flexibilidade, incluindo armazenamento”. Por outro lado, “combate à pobreza energética mantém-se na agenda, o que reforça o compromisso com a redução das desigualdades, visando assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a energia a preços justos”.

Analisando o facto de a tutela de Maria da Graça Carvalho ter optado por manter a meta de 2 gigawatts na eólica offshore, a Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) diz que tem recebido um “feedback positivo” por parte dos seus associados que estão “com-

prometidos em arrancar com esta tecnologia”, defendendo que a empreitada vai “criar oportunidades para a indústria portuguesa” no desenvolvimento de soluções para o fabrico de componentes e para a própria instalação. Em relação a timings para o lançamento do leilão offshore, o responsável disse que ficaria “muito contente se fosse apresentado até ao final do ano um calendário de atividades e que começassem a proceder ao início das pré-qualificações técnicas e financeiras. Seria um grande avanço”. Na solar fotovoltaica, Pedro Amaral Jorge sinalizou que os preços atuais estão distantes dos registados há anos: de 400 euros/MWh passaram para 40 euros/MWh.

Analisando o documento, Miguel Macias Sequeira, vice-presidente da organização ambientalista GEOTA, começa por sinalizar que “Portugal não pode ficar preso a preços demasiado elevados no eólico offshore”. Sobre a “ambição muito grande no solar” considera que “faz sentido porque Portugal está atrasado face a outros países”. No entanto, considera que o solar centralizado está “demasiado ambicioso”, prevendo a multiplicação por sete da atual potência até 2030. No caso do solar descentralizado, elogia a aposta, considerando que a meta é exequível. Por outro lado, aponta que os “transportes não estão a descarbonizar ao ritmo esperado” e que “provavelmente, será o mais difícil”. “A renovação do parque automóvel demora tempo, o investimento nos transportes públicos demora tempo. É o sector que consome mais energia, e quase toda fóssil, 80%. É mais complicado”. Outra das dúvidas do responsável é sobre o financiamen-

**Portugal “não pode ficar preso a preços demasiado elevados” no offshore, é um dos alertas. E a pobreza energética tem de estar na agenda**



BLOOMBERG

to em certas vertentes: "Fechado o PRR, o Orçamento do Estado vai continuar a financiar o combate à pobreza energética, as comunidades de energia e a eficiência energética?"

Para o professor do Instituto Superior Técnico (IST), Rui Costa Neto, por sua vez, o facto de a meta de hidrogénio verde ter recuado não é alarmante.

"Acredito que estes planos possam ser ajustados. Deve-se começar pela eletricidade, garantir preços entre os 10 e os 30 euros/MWh, com muita abundância de energia solar e eólica, para tornar tudo mais competitivo. Os primeiros projetos vão demonstrar que é sólido e viável e vão alavancar outros. A indústria da cerâmica, por exemplo, é impossível de eletrificar, são precisas altas temperaturas, 1.000/1.500 graus, vão ser precisos gases renováveis", analisa o professor. Com um investimento público de 4 mil milhões de euros na infraestrutura de transporte de gás natural, o académico considera esta rede vai ser essencial para os gases renováveis, uma "mudança gradual nos próximos 10 a 20 anos".

Por seu turno, a Associação Portuguesa de Empresas de Gás (APEG), "reforça a necessidade de reconhecer e incentivar a produção de gases renováveis, seja o hidrogénio verde - potenciando a utilização coordenada da produção renovável não despachável, seja o biometano - exemplo último da economia circular. Em ambos os casos observamos a potenciação de recursos endógenos, contribuindo para a segurança de abastecimento e coesão social", segundo o seu diretor-geral, Álvaro Laranjo.

Revolvendo as grandes metas do documento que está em consulta pública até 5 de setembro, antes de ser discutido no Parlamento: na hídrica, a meta é atingir 8,1 gigas até 2030, com a bombagem nos 3,9 GW. Na eólica, a meta é atingir 12,4 gigas (10,4 de eólica onshore e 2 gigas de eólica offshore). No solar fotovoltaico, a meta é de 20,8 gigas: 15,1 centralizado, 5,7 descentralizado, com este executivo a prever mais 400 MW de potência. Na biomassa/biogás e resíduos, são esperados 1,3 gigas. Nas baterias, são esperados um giga de potência. No hidrogénio verde, o documento prevê 3 GW.

O PNEC é mais ambicioso na meta de renováveis no consumo de energia (51%), e na redução de emissões poluentes: 55%.

**Maria da Graça Carvalho** ■ A ministra do Ambiente e Energia afirma que as alterações ao principal instrumento de política energética e climática, o PNEC 2030, são motivadas pelo reforço dos compromissos europeus, e salienta que tem existido consenso político sobre estes temas. "Deve ser um projeto de todo o país e de todos os partidos", diz ao JE.

Ricardo Santos Ferreira

## “O Governo procurou conjugar ambição com realismo nas opções tomadas”

### Quais são as alterações mais significativas feitas ao PNEC2030?

O PNEC 2030 traça uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%. Esta alteração reflete a aposta estratégica nas renováveis e nas suas potencialidades de atração de investimento.

Para alcançar esta meta, o Governo propõe um reforço da exploração do potencial de energias renováveis, com foco nas tecnologias solar e eólica *onshore/offshore*, entre 2025 e 2030, com o aumento do solar de 8,4 GW para 20,8 GW; o incremento do eólico onshore para 10,4 GW e o crescimento do eólico offshore de 0,03 GW para 2 GW.

Outra alteração relevante efetuada pelo Governo é o aumento da meta nacional para a redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005, excedendo o intervalo anteriormente estabelecido de 45% a 55%.

### Que circunstâncias motivaram a alteração das metas?

A revisão das metas teve por base dados mais atualizados em vários domínios, mas também foi requerida dada as alterações no contexto europeu que nos obrigam a um reforço dos compromissos em matéria de redução de emissões, renováveis, eficiência energética ou redução da dependência externa. O



Governo procurou conjugar ambição com realismo nas opções tomadas tendo por base o melhor conhecimento disponível.

### Há planos específicos para captar recursos para financiamento das iniciativas previstas?

O PNEC integra quase 300 medidas, articuladas entre si, que podem ter diversas fontes de financiamento, sejam fundos europeus, orçamento do Estado ou investimentos privados. O PNEC, e especialmente os projetos que o materializam, acabam por ser um "íman de investimentos" para Portugal no domínio das renováveis, arrastando financiamentos adicionais ao nível industrial, permitindo criar maior riqueza e emprego.

### Que sectores serão mais impactados pelas alterações propostas?

Todos os sectores têm um potencial de redução de emissões significativo, embora os ritmos de redução possam ser diferenciados,

dependendo do grau de maturidade das tecnologias. Nesta década, o processo de descarbonização será mais acentuado na produção de eletricidade, nos transportes e nos edifícios.

### Que mecanismos de acompanhamento e fiscalização estão previstos?

Em primeiro lugar haverá um acompanhamento mais político e estratégico da responsabilidade do Governo que está empenhado na concretização do PNEC. Por outro, ao nível das instituições, existe um Grupo de Coordenação que integra a Agência Portuguesa do Ambiente e a Direção Geral de Energia Geologia sendo responsável pela promoção, supervisão e acompanhamento do plano, que dispõe de um vasto número de indicadores que permitem a evolução do desempenho. Existe um sistema de acompanhamento do PNEC que permite a monitorização das medidas previstas. Em suma, o PNEC estará sob constante vigilância.

Importa salientar o grande consenso político que tem existido em Portugal neste domínio da ação climática e da promoção das energias renováveis. Os vários governos têm mantido uma linha estratégica coerente, apesar de existirem divergências pontuais, pelo que importa valorizar a convergência de posições.

O PNEC 2030 deve ser um projeto de todo o país e de todos os partidos com sentido de responsabilidade.